

O custo invisível da viagem de Lula à China: dados, finanças e soberania

Na última visita de Lula à China, firmou-se um pacote de acordos que, à primeira vista, parecem técnicos, administrativos ou inofensivos. Mas sob a superfície, está em curso algo muito mais sério: a integração informal e opaca da infraestrutura estatal brasileira a estruturas de poder estrangeiras, sem debate público, sem controle legislativo e sem qualquer visão de soberania.

Começemos pelos dados. O governo celebrou um acordo entre a Dataprev e uma subsidiária da Huawei para desenvolver a chamada "infraestrutura nacional de dados de inteligência artificial". Na prática, isso significa permitir que uma empresa estrangeira, com histórico de alinhamento a interesses de Estado, participe da estrutura digital que processa informações previdenciárias, assistenciais e operacionais da administração pública brasileira. Um movimento de altíssimo impacto institucional, firmado sem análise de riscos, sem transparência e sem debate público.

Na esfera financeira, os riscos se aprofundam. O COAF firmou memorando com a autoridade de inteligência financeira da China para compartilhar dados sobre movimentações bancárias. Isso inclui a possibilidade de classificar transações como "estratégicas" sob critérios unilaterais, com acesso cruzado a informações de empresas, autoridades e setores sensíveis. Um acordo dessa natureza, assinado sem anuência do Congresso, fragiliza a proteção jurídica do cidadão e abre brecha para a instrumentalização política e geopolítica do sistema financeiro nacional.

Ao mesmo tempo, o Banco Central firmou acordo com o banco central chinês para operacionalizar liquidações diretas em moedas locais. A B3, por sua vez, foi integrada ao sistema ETF Connect com as bolsas chinesas, permitindo que investidores brasileiros comprem, aqui, ativos listados sob a regulação de Pequim. Isso significa que o mercado de capitais brasileiro pode passar a financiar empresas e setores estrangeiros, com base em uma arquitetura legal não submetida às instituições brasileiras. Uma abertura sem reciprocidade real e com alto potencial de fuga de poupança nacional.

Também foram assinados acordos entre o IBGE e instituições chinesas para cooperação em estatísticas e dados geográficos. Em tese, trata-se de troca técnica. Na prática, há risco de padronização metodológica e uso cruzado de dados territoriais, demográficos e produtivos, com consequências indiretas na formulação de políticas públicas e na gestão do espaço nacional. Quando se perde o domínio sobre a própria base informacional, perde-se o controle sobre o que se prioriza, o que se mede e o que se silencia.

- Está em curso algo muito sério: a integração informal e opaca da infraestrutura estatal brasileira a estruturas de poder estrangeiras, sem debate público, sem controle legislativo e sem qualquer visão de soberania.
- O governo celebrou um acordo entre a Dataprev e uma subsidiária da Huawei para desenvolver a chamada "infraestrutura nacional de dados de inteligência artificial".
- O COAF firmou memorando com a autoridade de inteligência financeira da China para compartilhar dados sobre movimentações bancárias.
- O Banco Central firmou acordo com o banco central chinês para operacionalizar liquidações diretas em moedas locais.



Nada disso passou pelo Congresso. Nenhum desses acordos foi submetido ao controle previsto no artigo 49 da Constituição. Nenhuma salvaguarda institucional foi publicamente apresentada. Foram assinados sob a retórica da inovação e da diplomacia, mas na prática representam uma transferência gradual de soberania digital, financeira e analítica a uma potência estrangeira.

A soberania não se rompe de forma abrupta. Ela se dilui discretamente, quando decisões críticas passam a ser processadas por sistemas externos, quando o Estado perde a capacidade de auditar suas próprias engrenagens e quando os fluxos de informação e capital são operados a partir de fora. É nesse nível – estrutural, profundo e silencioso – que a independência nacional começa a desaparecer.

Essa visita não trouxe apenas acordos. Trouxe dependência. E foi assinada sem que ninguém tivesse coragem de chamar isso pelo nome: subordinação estratégica disfarçada de cooperação técnica.

- Para compreender melhor **soberania e finanças** no mundo, acesse [o link](#) e confira a playlist completa do programa Geoeconomia no nosso canal do youtube.

